ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 016 - "B"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada Serys Silhessarenko, para apresentar três Indicações de nossa autoria e um Projeto de Resolução, de autoria da Mesa Diretora:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares, a necessidade da instalação de um grupamento de apoio em São Félix do Araguaia.

Com fulcro na Resolução nº 18, de 08.05.91, indico que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares, mostrando a necessidade da instalação de um grupamento de apoio em São Félix do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Diversos são os elementos que justificam a instalação de um grupamento de apoio do Corpo de Bombeiros Militares junto à 5ª Cia. da Polícia Militar de São Félix do Araguaia.

O fluxo crescente de turistas, o aumento do índice de afogamentos, a propagação indiscriminada de queimadas e a imensa distância que separa a região das cidades que contam, atualmente, com um grupamento de Bombeiros são os principais fatores

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

que levaram a Câmara de Vereadores de São Félix, em especial o Vereador Alderico Setúbal, a reivindicar o benefício em foco.

Haja vista a imperiosidade do pleito frente à conjuntura apresentada, gostaríamos que o mesmo fosse colocado no âmbito das prioridades da corporação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 10 de março de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Diretor-Presidente do Grupo REDE/CEMAT, a necessidade da extensão de rede elétrica de alta tensão de Vila Cardoso ao Bar do Ataíde, no Alto Aguapeí, Município de Porto Esperidião.

Com fulcro na Resolução nº 18, de 08.05.91, indico que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Diretor-Presidente do Grupo REDE/CEMAT, mostrando a necessidade da extensão de rede elétrica de alta tensão de Vila Cardoso ao Bar do Ataíde, no Alto Aguapeí, Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Os produtores da região denominada Alto Aguapeí, no Município de Porto Esperidião, têm como principal reivindicação a extensão de uma rede de energia elétrica de alta tensão (trifásica) entre a Vila Cardoso e o Bar do Ataíde, referência central do local, numa distância de cerca de vinte e cinco quilômetros.

Atualmente, o Alto Aguapeí é servido apenas por uma rede monofásica, o que vem obstruindo significativamente o desenvolvimento regional, e já não atende nem mesmo a demanda de consumo atual.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 10 de março de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado da Educação, a necessidade da destinação de carteiras escolares para escolas estaduais de São Félix do Araguaia.

Com fulcro na Resolução nº 18, de 08.05.91, indico que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado da Educação, mostrando a necessidade da destinação de carteiras escolares para escolas estaduais de São Félix do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, a Comissão de Educação e o Vereador Luiz Coelho Filho encaminharam a este Gabinete Parlamentar pleito da comunidade escolar das Escolas Estaduais Tancredo Neves e Governador José Fragelli, solicitando urgente envio de carteiras escolares para aquelas unidades.

Haja vista o início do período escolar, são necessárias, pelo menos, cem carteiras para a Escola Tancredo Neves e oitenta para a Escola Governador José Fragelli, perfazendo o mínimo necessário para o bom andamento dos trabalhos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 10 de março de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

4ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a criação da Escola do Legislativo na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Poder Legislativo, a Escola do Legislativo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A Escola do Legislativo manterá um Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão, com programas de cursos de formação profissional para os servidores da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3º A Escola do Legislativo está subordinada diretamente à Mesa Diretora, que estabelecerá normas e regulamento para o fiel cumprimento do seu objetivo.

Art. 4º À Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso cabe fornecer os meios necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único Para o seu funcionamento, a Assembléia Legislativa fica autorizada a firmar convênios com outros poderes, entidades de classe, universidades, organizações governamentais e não governamentais.

Art. 5º As despesas decorrentes da criação e manutenção da Escola do Legislativo correrão à custa de dotação orçamentária própria, consignada no vigente orçamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este, Sr. Presidente, já era um Projeto antigo nosso, e agora vamos ter condições de implementá-lo. É exatamente para a formação intelectual dos servidores desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados.

Eu me permito fazer um questionamento à Mesa Diretora - e espero que esteja de acordo com os termos regimentais - sobre o encaminhamento da propositura de uma Comissão Especial para averiguar as condições de funcionamento do sistema de saúde de Cuiabá. Eu acho que a propriedade do tema e da propositura está ganhando cada vez mais urgência, porque ontem nós já tínhamos referência, nos jornais nacionais, quanto ao sistema de saúde de Cuiabá. Hoje, eu não tive a oportunidade de ouvir o Jornal Nacional, Sr. Presidente, mas foi divulgada a notícia - aqueles que ouviram me falaram -, de que o Ministro José Serra, diante de denúncias de possíveis irregularidades, as quais eu não tenho condições de atestar aqui, teria tomado uma providência administrativa quanto ao repasse das verbas do SUS para a administração semiplena de Cuiabá.

Então, eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que examinem, além da atitude regimental de V. Ex^{as}, a necessidade de formarmos essa Comissão urgentemente, porque, ao contrário do que pensávamos, a greve dos médicos já acabou e isso poderia fluir! Eu estive, juntamente com o Deputado Joaquim Sucena, no Sindicato dos Médicos, conversamos com os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

médicos que estavam em greve. Obviamente não temos nenhuma opinião sobre as atitudes que eles deveriam tomar, mas compreendemos as suas preocupações e, de uma certa forma, nos solidarizamos com eles em relação ao seu pleito - não necessariamente quanto ao modo como estavam fazendo.

Essa Comissão é fruto de um processo, no qual eu tive pouca participação. E a Deputada Serys Shlessarenko tem acompanhado isso também, através do Fórum SOS Saúde e de outros, eventualmente. Tudo isso mostra que existe um clamor da sociedade civil organizada - para não dizer do povo, dos usuários - para que alguma entidade pública, alguma esfera de Poder tome alguma providência. Não, necessariamente, para criticar ou fazer um prejulgamento das autoridades, mas, sim, para que possa, após examinar e ouvir, sugerir dentro dos termos regimentais.

Eu gostaria de questioná-lo, Sr. Presidente, para saber qual é o encaminhamento, se é que já houve, e a possibilidade de instalarmos essa Comissão em curto prazo.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência solicita aos líderes de Bancadas e dos Blocos que façam a respectiva indicação dos membros que comporão esta Comissão Especial, destinada a averiguar as condições de funcionamento do sistema público de atendimento à saúde em Cuiabá, no contexto do SUS-Sistema Único de Saúde.

Portanto, solicito aos Líderes, mesmo entendendo estar dentro do prazo regimental, que agilizem a indicação dos seus membros para esta Comissão Especial.

O SR. GILNEY VIANA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, ilustre representante da Mesa Diretora, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Jair Mariano, demais Srs. Deputados, é com prazer que venho a esta tribuna no Pequeno Expediente, com a palavra pela Ordem, para comunicar a V. Ex^a e aos demais Parlamentares desta Casa que o PSDB, o PPS e o PSB se reuniram na tarde de hoje e decidiram, Sr. Presidente, por decisão da maioria dos representantes desses Partidos, formalizar nos termos do Artigo 558, do Regimento Interno, o Bloco Parlamentar Frente de Cidadania, que é composto dos seguintes membros: Deputado Roberto Nunes, do PSDB; Deputado Eliene, do PSB; Deputado Rene Barbour, do PSDB; Deputado Riva, do PSDB; Deputado Alencar Soares, do PSDB; Deputado Carlão Nascimento, do PSDB; Deputado Carlos Brito, do PSDB; e Deputado Jair Mariano, do PPS.

Todos os signatários estão com as suas assinaturas no referido Requerimento, e já foi escolhido também, Sr. Presidente, o Líder desse Bloco Parlamentar e o vice-Líder. O Líder é o Deputado Roberto Nunes, do PSDB, e o vice-Líder é o Deputado Eliene, do PSB.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Passo o Requerimento às mãos do 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado José Carlos Freitas.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Exmº Sr. Presidente, Exmº Sr. 1º Secretário, grande amigo Deputado Humberto Bosaipo, Exmº Sr. 2º Secretário, Deputado Jair Mariano, nobres Pares, imprensa, assistência desta Casa e servidores:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Sr. Presidente, nos termos do Artigo 558 e seguintes do Regimento Interno, comunico à Mesa a constituição do Bloco Parlamentar Autonomia, composto pelos seguintes membros: Deputado Wilson Teixeira Dentinho, do PMDB; Deputado Hermínio J. Barreto, do PL; Deputado Amador Tut, do PL; Deputado Benedito Pinto; Deputado Silval Barbosa, do PTB.

Plenário da Deliberações Deputado Oscar Soares, em 10 de março de 1999.

Este Requerimento está assinado pelos cinco Deputados. Entrego-o, portanto, à Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Muito obrigado.

Sr. Presidente, colegas Deputados, para apresentar um Projeto de Lei:

**Declara de utilidade pública a
Sociedade Pestalozzi, no Município de
Cláudia.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi, no Município de Cláudia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Pestalozzi de Cláudia, entidade civil sem fins lucrativos de caráter cultural, educacional, prestadora de assistência social, de saúde e reabilitação, foi fundada em Assembleia Geral no dia 11 de fevereiro de 1998.

Essa sociedade tem por objetivo social despertar o público, em geral, no sentido de mobilizar recursos humanos e financeiros, a fim de oferecer manutenção e ampliação dos serviços assistenciais prestados às pessoas com necessidades especiais, divulgar os trabalhos através de boletins técnicos e informativos, manter intercâmbio com entidades similares, nacionais e internacionais, além de organizar e aparelhar as unidades destinadas às atividades relacionadas com sua finalidade.

A ação da Sociedade Pestalozzi tem caráter filantrópico e será baseada no estudo das necessidades e possibilidades individuais, orientadas para o bem-estar coletivo e melhoria do padrão sócioeconômico.

Por esta razão, contamos com o integral apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Sr. Presidente, gostaria de fazer um alerta aos Srs. Deputados, porque eu fico, de certa forma, decepcionado com os próprios colegas, quando eu vejo aqui, Sr. 1º Secretário, indicações de Deputados para as Comissões, feitas através dos Partidos, através de indicação.

Ainda ontem foram indicados e aprovados os nomes dos membros das Comissões e, hoje, nesta Sessão foi lido e aprovado... Como, então, sem contrapartida, ter a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

indicação de outros membros, através de novas indicações, para as Comissões, sendo que já foram lidos e aprovados aqui os nomes, por esta Mesa eclética, que tanto faz prevalecer esta Casa de Leis...

Portanto, fica aqui o meu alerta aos colegas Deputados. Estou aprendendo política aqui - iniciando agora, mas aprendendo bastante. Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra ao próximo orador, informo ao Deputado José Carlos Freitas que, ontem, o Deputado Emanuel Pinheiro fez a indicação e a Mesa a remeteu à Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa, por entender que o Deputado Emanuel Pinheiro estava indicando mais do que ele deveria indicar.

Então, a Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa está analisando, mas, com certeza, vai indeferir a indicação, para que ele proceda a uma nova indicação.

Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, foi inaugurado no último sábado, na cidade de Rondonópolis, o clube campestre da AFEMAT- Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso, que tem como Presidente o Sr. Enéas Cardoso Filho.

Esse clube campestre, um dos maiores da cidade, foi inaugurado com a presença de mais de quatrocentos funcionários da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso e chamou a atenção em todo o Sul do Estado de Mato Grosso, com a marcante presença de lideranças sindicais aqui de Cuiabá. E eu tive a satisfação de ser homenageado. Através de uma eleição feita entre os funcionários da Secretaria de Fazenda, esse clube campestre recebeu o meu nome, numa homenagem em vida ao ex-Prefeito e atual Deputado Hermínio J. Barreto. Portanto, uma festa das mais bonitas que aconteceu na cidade de Rondonópolis.

E nós estamos enviando, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e em meu próprio nome, uma Moção de Aplausos à Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso, particularmente ao Presidente da AFEMAT, Sr. Enéas Cardoso Filho.

Tenho certeza absoluta de que esse clube, que vai atender os funcionários da Secretaria de Fazenda, estará aberto também aos diversos segmentos da sociedade de Rondonópolis, como a imprensa de Rondonópolis, que vai fazer parte desse clube, como também os diversos sindicatos da cidade de Rondonópolis que já demonstraram interesse em se associar, gratuitamente, ao clube campestre - ele conta com quadra de futebol de salão, futebol *society* e clube social. É realmente um dos mais bonitos projetos que foram implantados na cidade de Rondonópolis.

Portanto, Sr. Presidente, apresento esta Moção de Aplausos contando com o apoio dos vinte e quatro Srs. Deputados:

MOÇÃO DE APLAUSOS: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja remetida ao Presidente da AFEMAT- Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso, Sr. Enéas Cardoso Filho, uma Moção de Aplausos, nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o meu pensamento e o do povo de Rondonópolis, vem manifestar o seu aplauso ao Presidente da Associação dos Funcionários da Fazenda do Estado de Mato Grosso, Sr. Enéas Cardoso Filho, pela homenagem prestada à minha pessoa por ocasião da inauguração do Clube Campestre Deputado Hermínio J. Barreto, em Rondonópolis-MT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Entre o tumulto e o áspero egoísmo da vida nascem as mais diversas manifestações de apreço e carinho. O presidente da AFEMAT, através de sua dinâmica e competente atuação, estendeu aos funcionários da Fazenda de Rondonópolis e região a oportunidade de desfrutarem de grandes momentos de lazer com suas famílias, edificando o Clube Campestre Deputado Hemínio J. Barreto.

Enéas Cardoso Filho, profissional competente e com um passado de lutas na defesa dos interesses dos funcionários da Secretaria de Estado de Fazenda, merece receber esta homenagem extensiva a todos os funcionários da Fazenda, por ele tão bem representados.

Plenário da Deliberações Deputado Oscar Soares, 10 de março de 1999.

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PL

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, na realidade, a minha Questão de Ordem - permita-me uma pequena fundamentação e um esclarecimento - diz respeito à funcionalidade da Casa e à aplicação do Regimento Interno. Não há nenhum intuito aqui de ferir interesses partidários, mesmo porque a disputa política, ideológica e partidária, nós a faremos - e fazemos - abertamente, independente de quaisquer resultados que a Presidência der... Isso não altera o nosso posicionamento.

Eu me reporto ao Art. 152, que fala o seguinte: “Líder é o porta-voz de uma representação partidária ou bloco parlamentar, ou seu intermediário autorizado perante os órgãos da Assembléia e, especialmente, no Colégio de Líderes”.

Ou seja, o Líder é o representante do órgão partidário, do Partido, e quaisquer outros que representam o Partido têm uma referência ao Líder pela sua delegação, na medida em que ele é nomeado. Isso não quer dizer que o Parlamentar não tenha a própria representação popular e o direito, enquanto Parlamentar, de fazer as suas proposições - eu estou falando de representar o Partido. Então, aqui está definido o papel do Líder.

No Artigo 45 diz o seguinte: “A representação dos Partidos nas Comissões obter-se-á mediante a aplicação das seguintes normas...” Permita-me reler: “a representação dos Partidos”. A representação dos Partidos, em termos de unidade partidária... E no Artigo 152 do Regimento Interno diz que o Líder é o porta-voz da representação partidária.

Então, eu faço um questionamento a V. Ex^a... Eu vi o Deputado Wilson Teixeira Dentinho fazendo indicação a respeito de um possível Bloco, e eu acho que ele tem todo direito de fazê-lo, reconheço que é salutar isso, em termos de compatibilidades que possam somar, eventualmente, num determinado momento, para ter maior representação ou para ter maior poder de fogo nas Comissões. Nós próprios do Partido dos Trabalhadores, na Câmara e no Senado, temos Blocos. Eventualmente, nesta Legislatura não os temos na Câmara, mas no Senado nós temos um Bloco, que é o Bloco da Oposição, formado pelo PT, PPS, PSB e PDT.

(A SR^a SERYS SLHESSARENKO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. GILNEY VIANA - É, lá nós somos praticamente a única Oposição...

Neste caso, Sr. Presidente, o que eu questiono - se eu entendi bem - é se houve indicações em nome de um Bloco e se um Deputado, que tem legitimidade para fazer quaisquer outras proposições, não tem a propriedade de fazê-lo não sendo Líder. Se isso é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

verdadeiro, eu proponho que V. Ex^a, como Presidente, reexamine isso e, à luz do Regimento, denegue ou aprove, se for cabível. No meu entender, a representação do Partido é do Líder, e um membro do Partido não tem direito a “se bloquear”, ou melhor, a formar blocos, independente de sua Liderança. E é isso que nós estamos questionando que seja revisto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Eu vou apenas me reportar às Disposições Finais do Regimento Interno, no Artigo 558, que diz: “Sempre que totalizem um sexto da Assembléia, poderão os membros desta constituir-se em um Bloco Parlamentar para defesa dos objetivos comuns”. Logicamente, os Líderes dos Partidos que passam a integrar o Bloco perdem a liderança e o Bloco passa a ter apenas uma liderança - e num primeiro momento há um entendimento de que seria o Líder da maior Bancada, mas também o Líder pode ser escolhido pelo próprio Bloco.

E no Artigo 46 do Regimento Interno, no tocante às Comissões, diz o seguinte: “Os membros das Comissões permanentes e temporárias serão nomeados por ato do Presidente da Assembléia, mediante indicações dos Líderes das Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares”. Logicamente, ainda vai haver muita discussão e nós vamos levar em conta a Questão de Ordem de V. Ex^a. Eu até prometo fazer, depois, uma colocação mais precisa...

O SR. GILNEY VIANA - Permita-me, Sr. Presidente. Fazendo uma contradição... Eu entendi que V. Ex^a não deu uma resposta definitiva para minha Questão de Ordem. Então, eu aguardarei obviamente...

O SR. PRESIDENTE - Eu apenas esclareci que o Bloco é legítimo...

O SR. GILNEY VIANA - Eu não questiono - gostaria de dizer - a legitimidade do Bloco, mas questiono a legitimidade de blocos que não sejam de representação partidária, e que a representação partidária é do Líder. É exatamente isso que estou colocando.

E não estou também, ainda, fazendo juízo da decisão de V. Ex^a, porque eu sei que ela virá e que nós teremos oportunidade de discutir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Inclusive, para que os Srs. Deputados passem a ter até um melhor conhecimento, o bloco pode ser formado por Deputados que estão sem Partido. De acordo com o Art. 560: “Estendem-se aos Blocos Parlamentares as prerrogativas de partido político autônomo.

§ 1º Nenhum Deputado poderá pertencer concomitantemente a mais de um agrupamento dos referidos no presente artigo.

§ 2º Para efeitos regimentais a desvinculação do Deputado do Partido por que se elegeu, ou do Bloco a que se acha ligado, opera-se no instante em que o mesmo fizer à Mesa da Assembléia a comunicação da sua integração em outro grupo...”

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Art. 560 diz o seguinte: “Estendem-se aos Blocos Parlamentares as prerrogativas de partido político autônomo.”

Então, eu quero dizer o seguinte, o Art. 560 está se referindo a partido político autônomo, não está se referindo a pessoa de um Deputado - apenas a partido político autônomo. Então, V. Ex^a leu o § 1º, mas o § primeiro é um subitem do Art. 560, que fala em partido político autônomo.

Eu quero deixar bem claro que a partir do momento que um Deputado é membro de um partido político, a partir do momento que um Deputado participa de um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

partido político, a indicação é do Partido. Agora, quando um Deputado não tem partido político - eu não sei se é o caso do Deputado Benedito Pinto, se ele está com algum partido político ou se ele está sem partido -, ele tem o direito de optar por esse encaminhamento, ou então quando um partido político tem somente um Deputado. Mas quando um Deputado tem um partido político, e esse partido tem uma liderança, então deve ser encaminhado através das lideranças, através da instituição.

Então, eu quero colocar que houve um equívoco quando V. Ex^a colocou a respeito do Art. 560, em relação a partido político autônomo.

O SR. PRESIDENTE - Deputado Zé Carlos do Pátio, vou apenas responder o questionamento de V. Ex^a dizendo o seguinte, a partir do momento em que a Mesa Diretora recebe o Requerimento de formação de um Bloco, ela vai atentar para as situações em que se formou o presente Bloco.

Logicamente, neste momento, a Mesa Diretora não tem obrigação de saber a que partido político o Deputado está vinculado. A partir de agora nós vamos checar a situação, inclusive, partidária dos membros dos Blocos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero, Sr. Presidente, deixar registrado em Ata que eu, como Líder da Bancada do PMDB, desautorizo qualquer colocação aqui na tribuna de um Bloco constituído por qualquer membro do PMDB.

Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE - V. Ex^a está inscrito no Pequeno Expediente. Se V. Ex^a pretende usar a palavra pelo Pequeno Expediente está exatamente na sua vez.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, para apresentar uma Indicação em co-autoria com os Deputados Hermínio J. Barreto e Moacir Fires.

1^a) INDICAÇÃO: Indica ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Fernando Nogueira de Lima, que se digne tomar providências no sentido de instalar no Município de Jaciara, para atender a região do Vale do São Lourenço, da qual a referida cidade é polo, cursos de licenciatura plena necessários à formação de professores do Ensino Básico, conforme preconiza a LDB.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Fernando Nogueira de Lima, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, quando instituiu a década da educação, referiu-se explicitamente no Art. 87 à necessidade de cada município realizar programas de capacitação para os professores em exercício da função.

O Plano Nacional de Educação estabelece prazos para o pleno cumprimento desta Lei no Artigo 62, item V: "Formação de profissionais da Educação", entre outras metas "garantir no prazo de 10 anos que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura plena, nas áreas de conhecimento em que atuam".

A necessidade desta formação exige uma grande variedade de cursos, o que dificulta sobremaneira a situação dos pequenos municípios, principalmente os afastados dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

grandes centros urbanos. O pequeno universo formado pelo corpo discente destas cidades implica um número pequeno de matrículas, inviabilizando economicamente a abertura destes cursos.

A regionalização de cursos centrados em cidades pólos torna-se, assim, indispensável para consolidar o processo de ensino dos professores, dando suporte econômico à materialização do ensino destes mestres, indispensável diante das exigências da LDB.

A região circunvizinha a Jaciara abrange cerca de cinco municípios que juntos somam um contingente populacional de mais de 70 mil habitantes, com cerca de duzentos e trinta professores necessitando dessa formação, o que viabiliza plenamente a abertura de cursos de licenciatura plena naquela cidade pólo.

Por esta razão entendemos ser perfeitamente plausível que a UFMT providencie junto ao MEC a oferta de cursos no Município de Jaciara, necessários para a oferta de uma educação consentânea com os tempos modernos.

Daí a nossa indicação que temos certeza contará com o apoio dos meus Pares e o compromisso do Magnífico Reitor para a sua implementação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 09 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PL

Deputado MOACIR PIRES - PFL

E também, Sr. Presidente, um Requerimento em co-autoria com os Deputados Wilson Teixeira Dentinho, Pedro Satélite e Elarmin Miranda.

2º) REQUERIMENTO: Com fulcro no Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora que faça encaminhar ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP-Departamento de Viação e Obras Públicas, Dr. José Carlos Novelli, Requerimento solicitando que seja enviada a esta Assembléia as seguintes informações:

- a) edital de licitação da obra da MT-100 ligando Alto Araguaia - Alto Taquari - Terminal Rodoferroviário;
- b) demonstrativo do empenho dos recursos destinados à execução da obra;
- c) contratos de construção da obra e respectivos termos aditivos;
- d) informação de quantas e quais empresas participaram da licitação;
- e) planilhas de medição;
- f) previsão de reinício e conclusão das obras;
- g) especificação da pavimentação asfáltica utilizada.

JUSTIFICATIVA

A MT-100 se constitui uma das vias mais importantes do ponto de vista econômico para o Estado de Mato Grosso. Elo entre as maiores regiões produtoras de grãos e o Terminal Ferroviário da FERRONORTE, traz como benefício a redução do custo de transporte de todo o sistema produtivo do Estado, através da queda do valor do frete até os grandes pólos exportadores.

No entanto, apesar desta sua importância, a obra encontra-se inexplicavelmente paralisada, levando a crer que não estará concluída quando da inauguração do referido Terminal Ferroviário. Uma lástima!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Pior! Em recente visita ao local das obras e por informações colhidas, verificamos que há sérias suspeitas sobre a qualidade técnica do empreendimento, assim como sobre problemas administrativos e financeiros na execução do contrato.

Como fiscal dos poderes que é a Assembléia Legislativa, cabe nestas condições que a mesma solicite informações, para que tendo pleno conhecimento da questão possa tomar as providências compatíveis com o que for informado sobre a execução desta obra.

Esta é a razão da elaboração do presente Requerimento. Contamos com a concordância desta Casa para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 09 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

Deputado WILSON TEIXEIRA DENTINHO - PMDB

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

Antes, porém, solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 21:19 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite, nobres Deputados.

Eu gostaria de dividir com os demais colegas, nesta Casa, um artigo de fundamental importância distribuído pelo Instituto Tancredo Neves, do PFL, seccional do Ceará, através do seu jornal *Tribuna Liberal* - e estaremos fazendo isso aqui em Mato Grosso também, através do Instituto Deputado Emanuel Pinheiro, do Partido da Frente Liberal. É uma matéria de fundamental importância para toda a classe política, e eu estarei encaminhando-a, amanhã, para todos os colegas do PFL. Mas eu gostaria de compartilhá-la com todos os Deputados com assento nesta Casa, pois é uma matéria que diz respeito ao futuro político-partidário do nosso País, que afetará, sem sombra de dúvida, os destinos de todos os mandatários, detentores do mandato parlamentar.

Eu gostaria que fosse transcrita esta matéria nos anais da Casa. Com a devida vênua da Presidência, eu vou lê-la. O título é “O Senado e a Reforma Política”, escrita pelo Sr. Antônio Paim e publicada no *Jornal da Tarde*, nesta última semana:

“Deu por concluídos os trabalhos a Comissão do Senado que desde junho de 1995 estuda a reforma política. Ao longo de mais de três anos foram ouvidas autoridades ligadas ao tema e pacientemente discutido cada tópico. O relatório final dando conta dos trabalhos é de autoria do Senador Sérgio Machado.

A enumeração a seguir dos assuntos estudados dá uma idéia da sua abrangência: 1) sistema eleitoral; 2) coligação em eleições proporcionais; 3) fidelidade partidária; 4) a chamada cláusula de desempenho; 5) domicílio eleitoral e filiação partidária; 6) duração do mandato de senador; 7) datas de posse e segundo turno; 8) voto facultativo; 9) divulgação de pesquisas eleitorais; 10) imunidade parlamentar; 11) número de vereadores; 12) suplentes de senadores; e 13) financiamento de campanhas. O principal mérito do trabalho parece consistir no empenho em avaliar com equilíbrio nossa própria experiência, levando em conta, naturalmente, a evolução do direito constitucional do Ocidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Em cada caso a Comissão tomou por base os projetos de lei existentes tanto no Senado quanto na Câmara, e, ainda, proposta do Tribunal Superior Eleitoral, escolhendo um dos seus membros para relatar o tema em pauta. No curso da discussão foram ouvidas outras opiniões. Compreende-se, assim, que o funcionamento da Comissão se haja estendido por tanto tempo. O objetivo primordial, conforme lembra o relatório, consistia em ‘propor o modelo de legislação político-partidário permanente, estabelecendo uma agenda básica de discussão’.

O relatório conclui pela apresentação de oito projetos de emenda à Constituição e de três projetos de lei ordinária. Alguns desses projetos englobam temas afins.

A Comissão optou pela adoção do sistema eleitoral misto, em que o eleitor vota no candidato no distrito e, simultaneamente, num partido. Este segundo voto é que servirá para distribuição final das cadeiras. Cada partido, concorrerá com listas fechadas ou, em conformidade com o que se diz no relatório: ‘Caberá à Convenção regional, mediante votação secreta, escolher os integrantes da lista partidária, sendo a ordem de precedência definida pelo resultado do escrutínio’. Esta preferência está justificada pelo fato de que ‘o voto é conferido ao Partido, devendo ser evitada a sua excessiva personalização a que conduz o vigente sistema eleitoral, proporcional, com lista aberta’.

Na mesma linha de fortalecimento das agremiações, acha-se a proposta da fidelidade partidária. ‘A valorização do candidato em detrimento do Partido tem propiciado uma situação que facilita a migração partidária, muitas vezes com finalidade meramente eleitoral ou pessoal, em face da ausência de compromisso com os programas partidários’. Na legislatura 1991-1995 verificaram-se 268 mudanças de partido, e, na atual, 230.

Na proposta de emenda constitucional fica estabelecido que perderá o mandato o Parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, ‘salvo no caso de fusão ou incorporação ou para participar, como fundador, da constituição de novo partido político.’

A questão da chamada ‘cláusula de desempenho’ - isto é, exigência de votação mínima para constituir-se como partido nacional e dispor das prerrogativas correspondentes - foi considerada com toda prudência.

Atualmente, para participar das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Colégio de Líderes, o partido precisa ter alcançado 5% dos votos para a Câmara dos Deputados e, no mínimo, 2% em nove Estados. A Comissão sugere, através de lei ordinária, o simples aumento daquelas restrições, o impedimento de acesso ao fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.

O relatório do Senado sobre a reforma política é um documento de grande valia e uma notável contribuição ao aprimoramento de nossa vida política. É de lamentar apenas que não tenha sido objeto da divulgação que merecia.

Tendo sido concluída às vésperas do término da legislatura, seria necessário que a Comissão de Constituição e Justiça votasse, a fim de que não tivesse sua tramitação interrompida e passasse à nova legislatura.

Ao finalizar, muito provavelmente as propostas serão discutidas separadamente, buscando as lideranças partidárias, neste início de Legislatura, junto às novas bancadas, fixar as imprescindíveis prioridades.”

Essa matéria, Deputado Pedro Satélite, é de fundamental importância para a vida político-partidária não apenas de Mato Grosso, mas de todo o País.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Eu gostaria que a Mesa Diretora determinasse que uma cópia desta matéria fosse entregue a cada colega Parlamentar, para que todos possam acompanhar de perto e pressionar a nossa Bancada Federal, para que possamos ajudar a montar, a redigir uma nova reforma político-eleitoral que seja permanente e definitiva para a história do Brasil, e não esse arremedo de reforma eleitoral, que a cada eleição sofre inúmeras emendas, retardando o processo democrático-eleitoral em todo o território brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Deferido o pedido do Deputado Emanuel Pinheiro. Eu vou pedir que sejam tomadas as providências para que se tire cópias do documento. Pedimos ao Deputado que deixe o original para que possamos tomar as devidas providências.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Alencar Soares...

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Nobre Presidente, Srs. Deputados, é com satisfação que retorno a esta tribuna para apresentar a V. Ex^a e aos demais Deputados os nomes dos membros das Comissões Permanentes da Casa. A escolha dos componentes, nós vamos fazer de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

E de acordo com a criação, já referendada pela Mesa Diretora, do Bloco Parlamentar Autonomia e do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - conforme Requerimento assinado pelo Líder, Deputado Wilson Teixeira Dentina, e pelo Deputado Roberto Nunes -, quero encaminhar, Sr. Presidente, o nome dos membros das Comissões.

Comissão de Constituição e Justiça - Membros efetivos: Deputado Carlão Nascimento, Deputado Carlos Brito e Deputado Benedito Pinto. Suplentes: Deputado Roberto Nunes, Deputado Alencar Soares e Deputado Amador Tut.

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social - Membros efetivos: Deputado Alencar Soares, Deputado Carlão Nascimento e Deputado Hermínio J. Barreto. Suplentes: Deputado Roberto Nunes, Deputado Benedito Pinto e Deputado Carlos Brito.

Comissão de Terras e Meio Ambiente - Membros efetivos: Deputado Rene Barbour, Deputado Jair Mariano e Deputado Silval Barbosa. Suplentes: Deputado Amador Tut, Deputado Roberto Nunes e Deputado Benedito Pinto.

Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária - Membros efetivos: Deputado Eliene, Deputado Alencar Soares e Deputado Hermínio J. Barreto. Suplentes: Deputado Benedito Pinto, Deputado Rene Barbour e Deputado Carlos Brito.

Comissão de Redação - Membros efetivos: Deputado Benedito Pinto, Deputado Rene Barbour e Deputado Carlos Brito. Suplentes: Deputado Alencar Soares, Deputado Roberto Nunes e Deputado Jair Mariano.

Comissão de Revisão Territorial - Membros efetivos: Deputado Rene Barbour, Deputado Alencar Soares e Deputado Amador Tut. Suplentes: Deputado Roberto Nunes, Deputado Carlos Brito e Deputado Silval Barbosa.

Comissão Municipalista - Membros efetivos: Deputado Alencar Soares, Deputado Amador Tut e Deputado Hermínio J. Barreto. Suplentes: Deputado Roberto Nunes, Deputado Rene Barbour e Deputado Carlão Nascimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Comissão de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso -
Membros efetivos: Deputado Carlos Brito, Deputado Carlão Nascimento e Deputado Eliene.
Suplentes: Deputado Roberto Nunes, Deputado Rene Barbour e Deputado Alencar Soares.

Comissão de Agropecuária Indústria e Comércio - Membros efetivos:
Deputado Rene Barbour, Deputado Alencar Soares e Deputado Silval Barbosa. Suplentes:
Deputado Roberto Nunes, Deputado Carlão Nascimento e Deputado Amador Tut.

Comissão de Minas e Energia - Membros efetivos: Deputado Rene Barbour,
Deputado Jair Mariano e Deputado Silval Barbosa. Suplentes: Deputado Carlos Brito,
Deputado Roberto Nunes e Deputado Amador Tut.

Comissão de Segurança Pública e Comunitária - Membros efetivos: Deputado
Roberto Nunes, Deputado Carlos Brito e Deputado Benedito Pinto. Suplentes: Deputado Carlão
Nascimento, Deputado Alencar Soares e Deputado Eliene.

Comissão de Ouvidoria-Geral - Membros efetivos: Deputado Jair Mariano e
Deputado Hermínio J. Barreto. Suplentes: Deputado Eliene e Deputado Amador Tut.

Portanto, Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar Frente Cidadania e o Bloco
Autonomia encaminham a V. Ex^a os membros das Comissões Permanentes da Casa. Muito
obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar
uma Indicação:

INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Elizeu Padilha,
com cópia ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, a necessidade de
recuperação emergencial da Rodovia BR-158, no trecho que liga Barra do Garças/Nova
Xavantina/Água Boa.

Nos termos da Resolução n^o 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa,
ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Ministro dos
Transportes, Dr. Elizeu Padilha, com cópia ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Dante Martins
de Oliveira, mostrando a necessidade de recuperação emergencial da Rodovia BR-158, no
trecho que liga Barra do Garças/Nova Xavantina/Água Boa.

JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de atender as inúmeras reivindicações de toda a sociedade da
região do Médio Araguaia, em especial as dos produtores rurais é que estamos apresentando
esta indicação.

A situação precária em que se encontra a Rodovia BR-158 tem sacrificado
muito a população da região e aumentado o custo do transporte de passageiros e cargas,
principalmente o transporte de produtos agrícolas, nesta época de colheita da safra, causando
enormes perdas para esse setor.

Essa Rodovia é a principal via de escoamento da produção agrícola das
regiões do Médio e Baixo Araguaia, bem como da ligação de transporte de cargas e
passageiros da região do Baixo Araguaia com as demais regiões do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 10 de março de 1999.

Deputado ALENCAR SOARES - VICE-LÍDER DO GOVERNO

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO

Deputado SERYS SLHESSARENKO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Deputado CARLÃO NASCIMENTO
Deputado HUMBERTO BOSAIPO
Deputado CARLOS BRITO
Deputado JAIR MARIANO
Deputado BENEDITO PINTO
Deputado EMANUEL PINHEIRO
Deputado RIVA
Deputado EVERALDO SIMÕES
Deputado GILNEY VIANA
Deputado SILVAL BARBOSA
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS
Deputado RENE BARBOUR

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os companheiros que aqui assinaram, se alguém não assinou é porque não deu tempo de pedir. Mas eu agradeço todas as assinaturas.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o grande Líder do PSDB, Deputado Roberto Nunes, desfilar na tribuna desta Casa o nome dos Blocos Parlamentares Autonomia e... (EXPRESSÃO RETIRADA POR DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA)

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Então, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a que, após um acordo de Lideranças, a Bancada da Unidade Democrática nesta Casa - ou o que resta da Unidade Democrática nesta Casa - decidiu, mediante a formação de última hora desses Blocos, indicar na Sessão de terça-feira à noite, após uma reunião com os companheiros do PMDB; do PPB, José Carlos Freitas; do PTB, Deputado Joaquim Sucena; e do PFL, o nome dos membros titulares e suplentes das respectivas Comissões Permanentes nesta Casa. Foi acordado e peço a V. Ex^a, com a devida vênua, que oficialize, como Presidente desta Casa em exercício, esta decisão para que não paire nesta Sessão que a Bancada de Oposição da Unidade Democrática está omissa com relação à indicação dos membros das Comissões Permanentes.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência defere o pedido de V. Ex^a.

O Sr. Benedito Pinto - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu gostaria que V. Ex^a determinasse à Taquigrafia a retirada da palavra anarquia, proferida pelo Deputado Emanuel Pinheiro, para que ela não conste na Ata.

O SR. PRESIDENTE - Deferido. Serão tomadas as providências.

Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Sr^a Deputada Serys Shessarenko, Srs. Deputados, estou incumbido de fazer aqui um convite aos colegas Deputados para que compareçam no dia 12 de março de 1999, às 16:00 horas, no Auditório da Federação das

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Indústrias de Mato Grosso-FIEMT, a convite da Secretaria de Estado de Cultura e da Secretaria Especial de Indústria, Comércio e Turismo de Cuiabá, para participar da apresentação dos seguintes painéis:

1 - Como funcionam as leis de incentivo à cultura;

2 - O que se ganha investindo na cultura.

Está feito o convite.

E, também, utilizo-me desta tribuna para introduzir nesta Casa uma discussão que julgo de extrema importância - já abordada pelo Deputado Emanuel Pinheiro -, que nos diz respeito diretamente, que é a Reforma Política.

Digo introduzir, porque espero, a partir de hoje, provocar e trazer elementos para essa discussão, que certamente será enriquecida pela vasta experiência político-partidária que todos aqui trazem.

Sabemos que entre as matérias de caráter prioritário para o Governo Federal e sua base de sustentação está exatamente a Reforma Política, tanto que foi instituída, no âmbito do Senado Federal, uma Comissão Temporária de Reforma Político-Partidária, para cuja relatoria foi designado o Senador Sérgio Machado.

A referida Comissão, após ouvir depoimentos, debates, Governadores, Parlamentares, Ministros, Vice-Presidente da República, e examinar todos os projetos de lei e emendas à Constituição em tramitação, diagnosticou, como maior problema, aquilo que de certa forma todos nós sabemos, a fragilidade da vida partidária brasileira. Ressalte-se que nossa legislação tem conduzido, sempre, ao enfraquecimento de Partidos Políticos e ao reforço da atuação individual. Cite-se como exemplo de tal fragilidade o nosso sistema eleitoral proporcional, com listas abertas, que conforme asseverou o ex-Ministro da Justiça, Nelson Jobim, além do Brasil, tal sistema só é praticado na Finlândia, o que a nosso ver não corresponde à realidade.

Embora concordemos com o diagnóstico, é inegável que ao longo de nossa história a legislação política-partidária não tem correspondido ao necessário fortalecimento das agremiações políticas. Parece-nos muito simplista a conclusão, quando todos sabemos que a principal causa dessa fragilidade reside basicamente nas nossas reduzidas experiências democráticas, intercaladas por largos períodos de experiências autoritárias, em cujo ambiente é obviamente impossível o fortalecimento dos partidos e, por vezes, até a sua existência.

De outra parte, é necessário assimilar que o desfiguramento e o desgaste dos Partidos Políticos é, infelizmente, um fenômeno internacional.

Acreditamos que isso ocorre, em grande parte, em função de os partidos se apresentarem sem consistência ideológica e programática, sem organização e autenticidade, subestimando seus programas, pouco se reunindo e, de ordinário, cumprindo deliberações ditadas pelos comandos reais. Mais obedecem, que decidem. Infelizmente, essa tem sido a realidade.

Em razão dessa situação, que é também e mais agudamente ainda a do Brasil, os partidos não se renovam e tampouco desempenham bem o papel relevantíssimo de orientadores e formadores de opinião coletiva, com raras exceções, perdendo lastimavelmente esse poder ordenador do pensamento geral.

Frente a esse quadro, julgamos ser indispensável a realização de uma reforma político-partidária. Mas uma coisa queremos ressaltar: defendemos a reforma não como quer o Governo e sua base, para criar um oligopólio dos grandes partidos, restringir a cidadania política e introduzir institutos que objetivam cristalizar uma estabilidade política

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

conservadora em diferentes aspectos e dimensões. A reforma política que almejamos deve, ao contrário, vir acompanhada da ampliação da cidadania política, da revisão da estrutura e do funcionamento dos partidos, do financiamento público das campanhas eleitorais, de forma democrática e transparente, da possibilidade de candidatura avulsas, ou pelo menos da possibilidade de personalidades concorrerem a cargos eletivos através da legenda com o qual tenham maior afinidade, independentemente de filiação partidária...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO DE APARTE ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ELIENE - Enfim, uma reforma política que desburocratize ao máximo os partidos e oxigene a vida política nacional, instituindo mecanismos de maior participação e controle dos cidadãos e cidadãs e da sociedade sobre os partidos e sobre os poderes.

Perguntamos por que não propor a redução dos poderes imperiais da Presidência da República, limitando ou eliminando, por exemplo, a possibilidade de edição de medidas provisórias? Por que não propor a possibilidade de antecipação da eleição presidencial e do Congresso Nacional em situações claramente especificadas? Por que não propor a redução das exigências para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular? Por que não apresentar projetos que criem mecanismos de fiscalização das ONGs sobre a elaboração e execução dos orçamentos públicos?

Coloco esses questionamentos para que possamos refletir e discutir sobre essa questão extremamente séria e importante.

Creio que não podemos, enquanto cidadãos e parlamentares, aceitar a política do fato consumado. Devemos, ao contrário, abrir as possibilidades políticas não apenas para o possível, mas também para o improvável e até para o inesperado.

Pelo menos para nós socialistas, e para os que almejam um mundo melhor, principalmente nesta era de incertezas e decomposições evidentes, devemos nos caracterizar pela ousadia e ocultar tais características com atitudes propositivas, inovadoras, democratizantes e transformadoras.

Era isso que eu tinha para dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galeria, imprensa.

Sr. Presidente, vamos usar a palavra no Grande Expediente. Antes, porém, eu gostaria de saber, depois da reunião no Colégio de Líderes, como ficaram os horários, o tempo no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE - Informo ao nobre Deputado que V. Ex^a dispõe de apenas 25 minutos.

O SR. AMADOR TUT - Muito obrigado, Sr. Presidente, serão suficientes, embora tenhamos apenas 15 minutos até a Ordem do Dia. Mas como está sobrestada a votação, por não ter as Comissões e os Vetos, eu acho que não teremos, hoje, a Ordem do Dia...

Sr. Presidente, vamos ao assunto que é o que mais nos interessa. Eu gostaria, nesta oportunidade, de fazer aqui não só um convite, mas fazer um apelo. Nós estamos fazendo um trabalho, em termos de pesquisa - e não só através das pesquisas, mas do uso, de fato, com o consumo do produto -, desde 1986, através do Ministério das Ciências e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Tecnologia e de uma firma, cujo proprietário é o cientista que cuida da pesquisa, que é a gestora desse derivado. Essa pesquisa já foi feita, há 12 anos vimos trabalhando com ela.

Ela está definida, através do Ministério das Ciências e Tecnologia, o próprio Ministro consolidou isso. Foram tirados todos os outros derivados que vinham competindo... Vários derivados competiam, tanto na área do derivado do petróleo, como do derivado vegetal. E este é o único que tem compatibilidade, que chegou a um fator produtivo, econômico, com um resultado satisfatório.

No domingo vai chegar uma Comissão aqui em Mato Grosso e na segunda-feira, na parte da manhã, essa comissão estará fazendo, pela terceira, na garagem da Viação Brasil, na Av. Fernando Corrêa, nº 1.770, a mistura do derivado, composto de diesel, álcool e derivados da soja. Então, fica aqui o nosso convite. Eu gostaria que todos tirassem um tempo - cada cidadão mato-grossense, principalmente os Srs. Deputados, os jornalistas, os comerciantes - para participar, na sexta-feira...

Inclusive, Deputada Serys Slhessarenko e Deputado Gilney Viana, eu gostaria da presença de V. Ex^{as}, porque hoje eu recebi um apoio do Deputado Gilney Viana. Nós não vamos somente resolver o problema econômico, o problema de poluição, mas vamos resolver, também, o problema da falta de emprego. Aqui todos falam em resolver o problema da falta de emprego, mas tem que haver um objetivo, para dar resultados, para que possamos levar à sociedade alguma coisa que gere emprego, para que possamos vender o produto, porque não adianta termos aqui construções faraônicas, porque elas não são vendáveis e não são substituíveis, econômicas, para que nós possamos ter resultado.

Na terça-feira, durante a manhã, nós devemos nos reunir com um grupo de empresários para conhecer toda a fórmula e a maneira de instalação da indústria - o que nós vamos fazer, o que nós vamos precisar. De início, nós devemos produzir na faixa de duzentos e poucos mil litros/mês do derivado. E desse próprio derivado, essa primeira indústria será montada para extrair do óleo de soja mais oito derivados. Derivados esses, quase todos eles... Nós exportamos a nossa soja e depois importamos os derivados prontos - um dos primeiros derivados chama-se glicerina.

A glicerina é um produto que nós não usamos em quantidade, mas toda a medicina precisa desse produto, e nós importamos tudo. Ela vai junto com o óleo bruto, porque nós não beneficiamos nada aqui no Brasil. E hoje um quilo de glicerina custa vinte mil dólares para o nosso consumo no Brasil. Esse é o primeiro produto que nós vamos tirar, e vamos ser auto-suficientes na produção de glicerina - já vamos tirar esse derivado, o que será bastante compatível.

E ainda tem mais oito derivados. Nós chegamos ao ponto de ter mais cinqüenta derivados, mas não temos, de imediato, nem a possibilidade nem a capacidade de produzi-los nessa indústria que vamos montar - queremos e pleiteamos chegar a essa quantidade, mas iniciaremos com oito derivados. Nenhum deles nós produzimos ainda, são todos importados.

Essa informação ainda vai ser detalhada. Não temos ainda, neste momento, o convite por escrito, a formulação do pedido da presença de V. Ex^{as}, porque foi consolidada a data da vinda para Cuiabá apenas hoje, por volta das 18:00 horas. E o Sindicato do Sistema Alcooleiro, através do Presidente João Petrônio, sócio do Deputado Rene Barbour, é que vai assinar esse convite, é que está fazendo esse trabalho.

Então, amanhã - ou através dos jornais, ou através de requerimento, ou através de um formulário -, nós vamos fazer o possível para chegar até às mãos de V. Ex^{as} o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

convite com o endereço certo, mas de antemão será às 15:00 horas, na Federação das Indústrias.

Eu quero agora, neste pequeno espaço, fazer um relato, trazer a informação para V. Ex^{as} sobre a nossa situação, o motivo por que nós vimos brigando. Em 1986, vários segmentos sentiram dificuldades para vencer a batalha do sistema energético, por isso uma equipe, a Folha do Campo, começou a fazer esse trabalho, encontrando dezenas de dificuldades, mas hoje ele está consolidado.

Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, nós, aqui em Mato Grosso, deixaríamos todos os meses de importar vinte e dois milhões de litros de óleo diesel. Isso representa cem carretas trabalhando de lá para cá, trazendo esse produto. Hoje, o nosso óleo diesel já está sendo consumido, na bomba, na faixa de cinquenta centavos em média.

Então, nós deixaríamos de importar para Mato Grosso, para o nosso consumo produtivo aqui, na faixa de onze milhões/mês. Nós passaríamos a ser produtores! Isso falando apenas em Mato Grosso, porque o consumo total do Centro-Oeste representa 4% do petróleo consumido no Brasil. Isso acontece no Centro-Oeste, não em Mato Grosso, porque o consumo do Estado de Mato Grosso não chega a 2%.

Então, quando nós pensamos em termos de Brasil - só São Paulo consome 51% -, quem tem potencial? Quem é o produtor do combustível vegetal? Hoje, em termos de potencial, é Mato Grosso, é o Sul do Pará, é um pedacinho aqui de Goiás e do Estado de Minas Gerais, porque tem espaço, tem campo, tem terra e tem luminosidade para produzir o que nós vamos precisar, num futuro bem próximo.

No momento em que jogarmos esse produto em âmbito nacional, nós vamos ter que montar uma indústria aqui em Mato Grosso e mais umas quatro ou cinco na Federação, para que possamos dar conta de produzir esses 2,5% apenas - porque a mistura é de apenas 2,5%. Temos pesquisas que demonstram que podemos chegar a 4% desse derivado, e chegar de 25% a 26% no álcool, mas, por enquanto, nós estamos trabalhando só em cima de 2,5% e, no máximo, 12% no álcool, o resto é diesel mesmo que nós vamos usar. Aí nós já garantimos, tranqüilamente...

Essa indústria que nós montamos em Cuiabá... Se Deus quiser, em Mato Grosso, dentro dos próximos seis meses, se tudo se definir, se o Estado assumir - porque nós temos que ter nesta Casa uma autorização, um projeto autorizativo, ou Decreto Legislativo, ou lei obrigatória, não sei que forma vamos usar -, para que se use no Estado, isso não vai ser importado.

Nós temos veículos usando esse combustível desde o dia de São João, de junho do ano passado. E nós estamos usando veículos que deixaram de usar esse combustível e voltaram para o uso de óleo comum, depois voltamos a usar no veículo o mesmo óleo - já fizemos várias substituições e não houve interrupção nenhuma, muito pelo contrário, nós estamos percebendo que é um produto que causa menos atrito, ele queima mais suave. É a mesma coisa que você fazer uma lubrificação e deixar o outro com atrito. O diesel tem muito mais atrito, ele explode, mas não dá aquela diminuição de compressão. Isso nós percebemos... Dá para sentir e perceber que ele não queima explodindo, ele queima com mais intensidade, porém, com menos potencialidade. E tem outra virtude, que é a lubrificação ao mesmo tempo da explosão. Então, temos certeza de que isso vai ter, de fato, um resultado muito gratificante, e no que mais nos importa, que é a nossa atmosfera.

Para vocês terem uma idéia, nós hoje importamos cem litros de derivado de petróleo. Na hora em que vamos extrair desse derivado os combustíveis - como, por exemplo,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

a gasolina, o gás, o diesel e outros derivados -, nós conseguimos extrair 38%, que é a gasolina, e chegamos a menos de 28%, que é o diesel. Na hora de consumirmos...

O SR. PRESIDENTE - Comunicamos ao Deputado Amador Tut que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, eu até já levantei esta questão... Nós não temos a Ordem do Dia, porque as matérias estão sobrestadas por causa das Comissões...

Eu sei que explico muito pouco, mas não terei outra oportunidade, antes do dia 16, que é terça-feira, para dar essas informações para os nobres colegas. Eu não estou tratando de uma questão política, eu estou tratando da vida de Mato Grosso. Infelizmente, eu sou até incapaz de explicar tudo que eu tenho vontade, mas com a capacidade de V. Ex^{as}, V. Ex^{as} vão captar o que o Brasil e Mato Grosso precisam.

Então, nós hoje importamos para a nossa Federação um barril de cem litros e só tiramos de diesel, que é o que mais precisamos, pouco mais de 32%, para que nós possamos aumentar essa produtividade, que foi aumentada por necessidade econômica da Nação e, em compensação, este produto tornou-se o maior poluidor... O problema sério nosso hoje, Deputado Gilney Viana e Deputada Serys Slhessarenko, não é cortar as matas, as árvores da Amazônia, não; o nosso problema sério é o escapamento dos veículos dentro das metrópoles, soltando gás carbônico e causando poluição. Esse, sim, entra em qualquer instalação... Onde funciona quatro, cinco, dez caminhões, V. Ex^{as} podem ver a coloração - até no teto, até nas lâmpadas... E nos nossos pulmões? Para onde é que vai aquilo?

Aí está o nosso primeiro objetivo, tirar esse gás carbônico que é solto, toneladas e mais toneladas, nas ruas, no dia-a-dia. Não adianta fazer como São Paulo, onde a placa número tal não pode sair hoje, amanhã é outra que não pode sair... Não é por aí! Nós temos que preparar o que nós soltamos na atmosfera, é isso que nós temos que fazer. E é só através desse Projeto, já trabalhado desde o início de 1986. E não tem nem o que discutir... Como o senhor garante que isso...

(A SR^a SERYS SLHESSARENKO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. AMADOR TUT - Não, é antipolvente! É a alimentação nossa! Nós nos alimentamos disso aí. Pegue o objeto mais simples que nós temos hoje, que é a granja. Qual é a base para uma granja sobreviver e fertilizar? A própria soja! Para fazer a primeira higienização, nas farmácias mais humildes que nós tivermos na região, na esquina mais pobre, é o álcool que nós usamos. Então, não justifica dizer que o nosso produto não é antipolvente. Está consolidado, ele é, de fato, antipolvente!

E aí vem outro fator, que eu vou até resumir para dar tempo de explicar. Quando nós importamos essa quantia de derivado do petróleo, quando nós produzimos o diesel e a gasolina, simplesmente está sobrando gasolina - tem sobra de gasolina, porque nós gastamos duas vezes e meia mais diesel que gasolina. E daí vem o desequilíbrio da nossa balança de pagamento. Hoje, se nós mantivermos isso, se o Brasil começar a produzir esse derivado que faz a junção de água com óleo... Porque é diferente a mistura. Nunca se mistura água com óleo, a pessoa põe os dois, balança, mas quando pára eles se separam. Esse derivado da soja, que é o AEP-102 forma outras partículas, se une e forma outro derivado. Nunca mais ele separa...

O SR. PRESIDENTE - Deputado, nós precisamos cumprir o Regimento e gostaríamos que V. Ex^a compreendesse. V. Ex^a dispõe de nove minutos e já está inscrito para terminar o seu pronunciamento na próxima Sessão ou então hoje mesmo, nas Explicações Pessoais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. AMADOR TUT - Pois não, Sr. Presidente. Nós aceitamos.

Só vou repetir a data do evento, para contar com a presença de V. Ex^{as}. Será na Federação da Indústria e Comércio... Eu devo mandar o convite por escrito, mas é na terça-feira, por volta das 15:00 horas, e deve durar aproximadamente quatro horas. Quem vai falar são os criadores, são os técnicos, aqueles que fazem o serviço. Eu apenas fui usado para o teste!

Muito agradecido, Sr. Presidente. Só quero dizer que está sobrestada votação das matérias e, portanto, a Ordem do Dia, porque não tem Comissão para liberar... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Comunicamos ao nobre Deputado que nós temos a Ordem do Dia, mas não temos matéria a ser apreciada.

O Sr. Roberto Nunes - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, quero indicar, pelo Bloco Cidadania o Deputado Carlos Brito e o Deputado Carlão Nascimento para compor a Comissão de Saúde, que foi instalada pelo Deputado Riva anteriormente, tendo em vista que, pela proporcionalidade, são dois Deputados em cada Comissão.

Os dois Deputados de Cuiabá solicitaram, são novos Parlamentares que vão trabalhar juntamente com o Deputado Gilney Viana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do dia...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido da Frente Liberal, queremos indicar para a Comissão Especial destinada a averiguar as condições de funcionamento do Sistema Público de Atendimento à Saúde de Cuiabá, proposta pelo eminente Deputado Gilney Viana, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. PRESIDENTE - Solicito aos demais Partidos que indiquem seus membros para essa Comissão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, numa das primeiras Sessões que nós tivemos aqui, entramos com o pedido de formação de uma Comissão Especial para discutir a questão do ICMS, a questão do comportamento do ICMS no Estado de Mato Grosso, e ainda não foi formada essa Comissão. Eu queria que fosse formada essa Comissão... Eu e o Deputado Moacir Pires entramos com o pedido de formação dessa Comissão, e solicito aos Partidos que, hoje, indiquem os seus membros para formá-la.

O Sr. Emanuel Pinheiro (FALA FORA DO MICROFONE) - Que Comissão é essa?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Comissão Especial para acompanhamento da arrecadação do ICMS, do comportamento do ICMS. Foi uma Comissão que nós propusemos numa das primeiras Sessões Ordinárias aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Sr. Presidente, solicito que V. Ex^a encaminhe isso hoje, para formarmos essa Comissão. Pelo menos, nós já sairemos daqui com as Comissões prontas.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, tendo em vista a criação da Comissão Especial proposta pelo nobre Deputado Gilney Viana, indico meu nome para esta Comissão, como Líder do Bloco Autonomia.

O Sr. José Carlos Freitas - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, como membro único do PPB-Partido Progressista Brasileiro, indico o meu nome para fazer parte da Comissão.

O SR. PRESIDENTE - Está registrado, Deputado José Carlos Freitas.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A Bancada do PMDB, após uma acordo feito com as Lideranças, indica - inclusive com a participação do Deputado Elarmin Miranda - o Deputado Joaquim Sucena, do PTB, para fazer parte dessa Comissão Especial, porque ele é médico e tem conhecimento profundo na área.

Eu gostaria que V. Ex^a encaminhasse as indicações da Comissão... Cadê o Deputado Moacir Pires! Vamos encaminhar, hoje, Deputado, a indicação dos membros da Comissão do comportamento do ICMS do Governo do Estado, aquela Comissão que nós criamos. Eu acho que teríamos, Sr. Presidente... Vamos indicar hoje para darmos continuidade a esse nosso trabalho.

Eu gostaria de pedir às Lideranças de Bancada que indiquem os nomes.

Deputado Roberto Nunes, vamos indicar os membros para essa Comissão!

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a, a pedido do Deputado Roberto Nunes, que instale a Comissão para acompanhamento econômico do Estado de Mato Grosso, principalmente do comportamento do ICMS.

O Sr. José Carlos Freitas - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Comunicamos ao Deputado Zé Carlos do Pátio que na próxima Sessão serão encaminhados os nomes dos membros dessa Comissão que V. Ex^a solicitou.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que fosse colocado o meu nome como membro dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE - Deputado, comunicamos que apenas cinco membros podem fazer parte dessa Comissão e, no momento, já há cinco membros indicados pelos maiores Partidos da Casa.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Eliene (AUSENTE).

Com a palavra, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, assistência, imprensa:

Sr. Presidente, uso da tribuna neste momento, nas Explicações Pessoais, para fazer um esclarecimento - inclusive, já conversei hoje com o Deputado Nico Baracat - ao Deputado Zé Carlos do Pátio, Líder do PMDB. Quando eu entrei no Bloco Autonomia, composto pelos Deputados Silval Barbosa, Hermínio J. Barreto, Amador Tut, Benedito Pinto, a primeira coisa que verifiquei foi que não seria prejudicada, de maneira alguma, a indicação dos membros do PMDB para as comissões.

Eu gostaria de dizer ao companheiro e amigo Zé Carlos do Pátio, e a todos os Srs. Deputados, que a vida nos ensinou muita coisa. Uma das coisas que a vida nos ensinou foi a não deixar um companheiro magoado.

Quando eu vejo V. Ex^a, um Deputado jovem, que luta pelos seus ideais, pelo PMDB, eu respeito. Só que eu disse a V. Ex^a numa reunião em que participaram os Deputados Elarmin Miranda, Nico Baracat, Pedro Satélite, que o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, do PMDB, não tinha, de maneira alguma, condições de fazer uma oposição radical ao Governo Dante de Oliveira. Eu disse isso e, inclusive, disse que não poderia assumir a liderança para não contrariar o PMDB.

Foram tomadas essas providências, Deputado Zé Carlos do Pátio - e eu quero enaltecer V. Ex^a pela briga em defesa do nosso Partido - para não contrariar V. EX^a e para não deixá-lo magoado com a posição deste Deputado. Inclusive, na época que eu me elegi, falava-se tanto do Pacto por Mato Grosso, e eu fui massacrado por vários Srs. Deputados desta Casa. Mas eu não entrei aqui com revanchismo, de maneira alguma. Eu sempre me pautei nessa questão, dizendo que o pacto era a saída para Cuiabá. Eu nunca vou esquecer isso. E nunca vou esquecer que todo homem, que todo Parlamentar se espelha em alguém, e sempre faz seus compromissos e é bom cumprir.

Eu tenho um compromisso, sim, com o Prefeito da Capital, Sr. Roberto França, meu amigo pessoal, que me ensinou muito e que, infelizmente, não é do meu Partido, o PMDB. E também sou amigo pessoal, V. Ex^a e todos os Srs. Deputados sabem, do Governador Dante de Oliveira. Formada a Unidade Democrática, nós apoiamos Júlio Campos. Sempre disse, sempre vou dizer nesta Casa - e disse em palanques -, que os jornais estampavam que eu não apoiava Júlio Campos. Quem conviveu com a minha campanha sabe que após a decisão de ser candidato eu apoiei Júlio Campos. Agora, eu não poderia mudar algumas pessoas, principalmente da minha família, que não me acompanharam, por causa dessas amizades pessoais.

E a convenção, os direitos adquiridos por nós enquanto Parlamentar, não deu direito nem de pensar em mudar de Partido, naquele momento, ou tomar posição - se ia apoiar ou não. Havia duas opções, traçar trincheiras... E nisso eu tenho aqui uma testemunha, que é um Deputado desta Casa que me viu nos palanques e viu meu trabalho, porque nós fomos candidatos juntos, o Deputado Moacir Pires. Ele várias vezes me defendeu quando alguém ligado ao ex-Senador Júlio Campos, um homem de brio que eu considero muito, falava contra mim. O Deputado Moacir Pires sempre me defendia: "Senador, V. Ex^a precisa conhecer mais o Dentinho. Isso que falam e que pregam por aí não existe. Sou amigo pessoal do Dentinho e sei que ele está pedindo voto para o senhor."

Passada a eleição, infelizmente as urnas reprovaram a nossa Unidade Democrática, que eu era contra, vou deixar bem claro. Não por ser contra Júlio Campos, Carlos Bezerra ou seja lá quem for... Minha posição, enquanto homem do PMDB, era que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

naquele momento não poderiam se coligar PMDB e PFL, porque a sociedade não iria entender, como não entendeu. A realidade está aí! E quando o povo dá a resposta nas urnas, nós temos que atribuir isso para nós mesmos e saber que o povo quis e acabou, vamos em frente, vamos procurar a nossa vida partidária.

No encontro do PMDB, no bairro Cristo Rei, eu falei na tribuna bem claro ao Senador Carlos Bezerra e ao PMDB ali reunido que nós tínhamos que considerar as questões de cima para baixo e que ninguém poderia cobrar do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, do Deputado Elarmin Miranda, do Deputado Pedro Satélite e do Deputado Nico Baracat essas questões radicais, porque lá em cima nós tínhamos uma composição com o PSDB e com o PFL. Que história era aquela? É por isso que as urnas mostraram a realidade!

Então, nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, meu amigo de infância da cidade de Rondonópolis, nós fomos muito amigos, criados juntos; meu amigo Deputado Elarmin Miranda, eu tenho a honra de dizer que sempre me inspirei muito no trabalho de V. Ex^a; Deputado Pedro Satélite e o Deputado licenciado Nico Baracat, não fiz nada para trair ninguém, e não estou traindo ninguém. A minha posição é coerente, para não deixar mágoas e nem seqüelas! Só que eu vou deixar registrado nesta Casa, que venham com história de me expulsar do PMDB, porque aí, sim, eu vou cobrar do PMDB a expulsão de muita gente que não poderia estar lá nunca, que dão ordem e que não poderiam dar ordem para ninguém, porque não têm conceito, nunca foram do PMDB e nunca pregaram um cartaz, nunca fizeram cola de polvilho. Eu, sim, tenho uma história, comecei na política pregando cartaz e fazendo cola de polvilho!

Então, não me cobre isso, Líder do PMDB, Deputado Zé Carlos do Pátio, porque a posição tomada é para não contrariar a questão partidária de V. Ex^a. Quando V. Ex^a pedir para eu fazer oposição radical, eu vou dizer para V. Ex^a que não vou fazer. Vou deixar bem claro aqui! Nem Deus me faz fazer oposição radical, porque os homens têm que ler primeiro para saber o que vai fazer, porque estas questões de só falar mal e não arrumar solução o Brasil está cheio disso. Nós não podemos fazer dessa maneira. Aquilo que Deus me inspira, que eu posso ler, eu vou votar.

Inclusive, disse ao Deputado Rene Barbour hoje, Líder da Bancada do Governo...

O Sr. Alencar Soares - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Um instante, só para eu não perder o raciocínio, nobre Deputado.

Aquilo que o Governador Dante de Oliveira mandar para cá, que eu não gostar, V. Ex^a ouviu de mim, não voto, como estou dizendo a todos os Deputados aqui presentes. Eu sou assim! Gostem de mim assim ou não gostem! A minha posição sempre foi essa e sempre será.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Alencar Soares.

O Sr. Alencar Soares - Em primeiro lugar, quero elogiar V. Ex^a por seu pronunciamento, por seu caminho, por sua decisão. Mas, como Vice-Líder do Governo, como amigo de V. Ex^a que também o conhece há muitos anos, da cidade de Rondonópolis, o PSDB está de braços abertos para receber homens como V. Ex^a, um Deputado que tem a coragem de assumir uma posição. Se sonharem em expulsar o companheiro Deputado Wilson Teixeira Dentinho todo o PSDB está de braços abertos. Muito obrigado.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Para encerrar minhas palavras, quero deixar bem claro que o que me pauta nesta Casa são as amizades que tenho. Não quero, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

maneira alguma, perder a amizade do grande Deputado Zé Carlos do Pátio, meu amigo, por questões partidárias, por ideologia.

Quero deixá-lo bastante à vontade, Deputado Zé Carlos do Pátio... Inclusive, vamos reservar uma hora para conversar particularmente, para V. Ex^a ficar mais contente comigo...

O Sr. Elarmin Miranda - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo o aparte ao Deputado Elarmin Miranda.

O Sr. Elarmin Miranda - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre Deputado Wilson Dentinho, eu queria apenas registrar a V. Ex^a que o nosso partido, quando se coligou, efetivamente não se coligou com a pessoa física do Senador Júlio Campos. Nós nos coligamos, e eu defendi o rompimento com o Governo Dante de Oliveira, que eu ajudei a eleger para a prefeitura de Cuiabá. Entrei no PMDB quando ele ainda não estava no Partido, rompi com esse Governo da maneira mais lúcida que poderia ter rompido, e rompi porque o conheço - e romperia novamente. E o tempo vai permitir que eu diga as razões do rompimento, o tempo é o senhor das razões nesta Casa.

Nós rompemos e defendemos propostas públicas, e essas propostas eram encarnadas, naquele momento, pelo PFL. Poderia ter sido com o PT, poderia ter sido com o PPS - o velho e guerreiro PPS, que tem uma história tão bonita, uma história que eu louvei quando era muito jovem... Poderíamos ter nos coligado com qualquer partido. Rompemos tarde, é verdade! O rompimento não foi compreendido, mas tornaria a romper e esta é a nossa posição de independência com relação ao Governo.

Aqui não faremos oposição radical, em nenhum momento, não temos nada pessoal contra o Governador, mas defenderemos aqui o interesse público, e interesse público não é sinônimo de interesse coletivo. Interesse público, bem comum não é sinônimo de interesse do Governo, nem do Palácio Paiaguás. O interesse público que eu vim defender está muito acima dos interesses do grupo que governa Mato Grosso.

E V. Ex^a, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, tem do meu partido e de mim, que sou Vice-Presidente Regional, um carinho especial pelas suas qualidades de homem. Ninguém está autorizado, neste Partido que V. Ex^a ajudou a construir, a dizer que V. Ex^a não é digno dele. V. Ex^a honra e enaltece o meu PMDB. E V. Ex^a tem de mim e, com certeza, do nosso Líder, do grande Deputado Zé Carlos do Pátio, toda a nossa admiração e todo o nosso carinho.

Nós entendemos a sua posição e estaremos aqui, V. Ex^a na trincheira do Bloco que V. Ex^a formou, e, nós, numa outra trincheira, se unindo com alguns Deputados quando os nossos pontos coincidirem, quando as posições públicas forem as mesmas, estaremos somando.

Mas queria registrar nesta Casa e dizer que V. Ex^a tem do PMDB um grande respeito, uma grande admiração. E, mais ainda, se V. Ex^a amanhã sair deste Partido, por decisão própria, continuará tendo o mesmo respeito e a mesma admiração que teve. Nunca este respeito e admiração serão diminuídos pelo seu comportamento aqui ao formar um Bloco. Queria deixar isso registrado. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Encerrando as minhas palavras, Sr. Presidente, nobre Pares, imprensa, quero deixar bem claro as palavras de fidelidade ao Senador Júlio Campos, porque eu fui candidato e pedi voto para ele.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.

Tive a honra de conhecer melhor Júlio Campos. Aquilo que passavam para nós do PMDB, na época, não era nada daquilo - e o Deputado Pedro Satélite também teve essa honra. Homem público, digno! Fui muito feliz em pedir voto para Júlio Campos. Gostei demais, tornou-se meu amigo pessoal. E graças a Deus me elegi, mas, infelizmente, as urnas não entenderam a nossa coligação. E não se culpa aqui Júlio Campos ou Carlos Bezerra. Nós somos homens para admitir que erramos. E quando os homens erram, eles têm que assumir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Roberto Nunes, Riva e Rene Barbour; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Everaldo Simões; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda, Zé Carlos do Pátio, Pedro Satélite e Wilson Teixeira Dentinho; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut e Hermínio J. Barreto; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista - Joaquim Sucena e Silval Barbosa; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; da Bancada do Partido Popular Socialista - Jair Mariano; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene; Sem Filiação Partidária - Benedito Pinto.

Declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio